

Soluções legislativas clássicas são ineficazes contra big techs, diz professor

14/08/2025

A aplicação de medidas tributárias e concorrenciais tende a ser uma forma mais eficiente de lidar com as plataformas digitais do que as propostas de lei baseadas no modelo europeu de regulação dessas empresas, que é fundamentado na responsabilização civil, avalia o professor titular de Direito Civil da [Universidade de São Paulo](#) **Otávio Luiz Rodrigues Júnior**.

“Basicamente nós temos dois caminhos que seriam viáveis: o caminho tributário, com uma carga tributária diferenciada; e o outro caminho, que começa a ser utilizado nos Estados Unidos, que é o concorrencial. Ou seja, é aplicar, no âmbito concorrencial, medidas para fracionar essas empresas e reduzir os riscos de um domínio de mercado quase absoluto”, disse o professor.

Ele falou sobre o assunto em entrevista à série [Grandes Temas, Grandes Nomes do Direito](#), em que a revista eletrônica **Consultor Jurídico** ouviu alguns dos nomes mais importantes do Direito, da política e do empresariado sobre as questões mais relevantes da atualidade. A conversa se deu durante o [XIII Fórum de Lisboa](#), promovido em julho na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL).

Rodrigues observa que o modelo predominante no debate sobre a regulação das plataformas é aquele inspirado no formato europeu. Nele, normas comunitárias da União Europeia se transformam em leis nacionais fundamentadas em responsabilização civil, em presunções probatórias e na possibilidade de remoção de conteúdo.

No Brasil, explica o professor, tal modelo serviu de referência para a recente decisão do [Supremo Tribunal Federal](#) de considerar parcialmente inconstitucional o artigo 19 do [Marco Civil da Internet](#) e ampliar a responsabilidade das plataformas por conteúdos ilegais postados por usuários das redes.

Para Rodrigues, ao adotar esse entendimento, o Supremo “rompe com o Marco Civil da Internet, que é uma norma de tradição fortemente ligada à experiência norte-americana, e não europeia, e segue uma linha de regulação e de responsabilização”.

Soluções como essa, porém, são ineficazes, na visão do professor. Exemplo disso, segundo ele, é a regulação feita na Alemanha, que adotou tal modelo e não resolveu o problema do país nesse sentido.

“Portanto, eu tenho pouca expectativa quanto a soluções legislativas clássicas. E acredito que caminhos econômicos, concorrenciais e tributários seriam mais eficazes.”

Clique [aqui](#) para ver a entrevista ou assista abaixo:

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-ago-14/solucoes-legislativas-classicas-sao-ineficazes-contr-big-techs-diz-professor/>

